



## Mutirão com Bradesco tem 70% de acordos no Tribunal de Justiça da Paraíba

O “Mutirão Bradesco”, feito no período de 13 a 17 de maio, terminou com saldo positivo segundo balanço divulgado pelo Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça da Paraíba. Dos 107 processos analisados, houve resolução de conflito em 70%. O processos foram divididos em 17 audiências, das quais 12 terminaram em acordo. O esforço concentrado ocorreu com o objetivo de resolver ações que têm como uma das partes a instituição financeira. O valor total dos acordos chegou ao montante de R\$ 713,6 mil.

O juiz Bruno Isídoro Azevedo, um dos diretores adjuntos do Centro de Conciliação do TJ-PB, avaliou a iniciativa do Bradesco como positiva, já que foram celebrados mais de R\$ 700 mil em acordos. “Já temos uma grande demanda de instituições financeiras aderindo à cultura da conciliação. E, uma série de outros mutirões estão sendo agendada para que possamos continuar essa nova fase do Judiciário de estimular a negociação através de atos consensuais”, completou Azevedo.

A advogada do Bradesco Carol Barreto afirma que o primeiro mutirão tem trazido resultados imediatos para que os processos sejam resolvidos de maneira mais rápida. “Para nós, esse mutirão foi muito bom por que podemos celebrar acordos e evitar que processos se arrastem na Justiça. Para segundo semestre, temos a pretensão de realizar um novo mutirão e com o apoio do judiciário celebrar acordos com um maior número de ações que envolvam o banco”, ressaltou a advogada.

O núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos tem agendado para os dias 27, 28 e 28 de maio um novo mutirão, desta vez com a operadora de telefonia Tim. Já o mutirão do DPVAT (Seguro de Danos Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres) está agendado para ocorrer de 10 a 14 de junho, em João Pessoa.

O “Mutirão Bradesco” foi coordenado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, do Tribunal de Justiça da Paraíba, e contou com o apoio do Instituto de Educação Superior da Paraíba (Iesp), que participou com alunos do curso de Direito que atuaram nas funções de conciliadores e técnicos judiciário, auxiliando na resolução das questões. Firmados os acordos, o juiz de Direito procedia homologando as sentenças. *Com informações do Tribunal de Justiça da Paraíba.*

### Date Created

21/05/2013